



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Projeto de Lei nº 124/2025

Relator Comissão LRF: Wagner da Cunha Fortunato.

Relator Comissão Finanças e Orçamento: Evandro Soriano da Silva.

EMENTA: CONCEDE ABONO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, AOS AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO, E AOS CONSELHEIROS TUTELADRES.

PARECER EM CONJUNTO

I – O PROJETO DE LEI.

Oriundo da mensagem executiva número 85/2025, numerado como **Projeto de lei nº 124/2025**, que dispõe sobre a concessão de abono no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) aos servidores públicos municipais ativos, aos agentes políticos, bem como aos servidores inativos e pensionistas do poder executivo, e aos Conselheiros Tutelares.

É o necessário para a elucidação do tema.

II – ASPECTOS FORMAIS.

A concessão do abono aos servidores está disciplinada pela Lei Municipal nº 964/2009, conforme dispõe o artigo 64, IV, e sua regulamentação será disciplinada no âmbito do Poder Executivo, através de Decreto, e no Poder Legislativo, através de Resolução.

O abono tratado pelo presente projeto de lei possui natureza jurídica indenizatória, portanto, não possui veiculação salarial e nem repercussão de outra natureza.



Caberá ao Prefeito Municipal determinar a data para o pagamento do abono aos servidores, dentro do mês de dezembro do corrente ano.

Em razão do que dispõe o **artigo 53 do Regimento Interno** desta Casa, as Comissões acima referenciadas em conjunto, examinam o **Projeto de lei 124/2025**:

Art. 53 - As Comissões Permanentes poderão reunir-se para, em conjunto, apreciarem proposições ou qualquer matéria, cabendo ao Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final presidir a e, em sua falta, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Dito isto, não aparenta haver dúvidas quanto à legalidade do Projeto de Lei em questão.

Portanto, no aspecto formal, a proposição é legal, e assim, no aspecto de mérito, o projeto é igualmente legítimo.

III – ASPECTOS DE MÉRITO

O presente projeto de lei visa conceder abono aos servidores do Poder Executivo Municipal, e aos Conselheiros Tutelares como forma de reconhecimento e valorização pelo excelente desempenho institucional e esforço coletivo demonstrados.

Ademais, se faz necessário registrar que as despesas decorrentes do presente projeto de lei serão atendidas através de dotações orçamentárias próprias.

IV – DA CONCLUSÃO.

Diante de tudo que foi exposto, o **Projeto de lei 124/2025** é legítimo quanto ao aspecto formal e de mérito.

Portanto, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** do projeto de lei acima referido.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2025.


Wagner da Cunha Fortunato.

Relator Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.



Acompanham o voto do relator os demais membros da comissão




Roberto Horta Jardim Salles.
Presidente.

José Otávio Ferreira de Abreu
Vice Presidente.

Comissão de Finanças e Orçamento.



Evandro Soriano da Silva.
Relator.

Mário Herminio da Silva Carvalho.
Presidente.

Júlio Cezar da Fonseca Alves.
Membro.